

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CLYVIA MARIA VIEIRA BORGES

WE FELL IN LOVE IN OCTOBER: Considerações da Terapia Comportamental Integrativa de Casais (IBCT) acerca de relacionamentos de minorias sexuais e de gênero

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

CLYVIA MARIA VIEIRA BORGES

WE FELL IN LOVE IN OCTOBER: Considerações da Terapia Comportamental Integrativa de Casais (IBCT) acerca de relacionamentos composto por minorias sexuais e de gênero

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Marcos Teles Do Nascimento

CLYVIA MARIA VIEIRA BORGES

WE FELL IN LOVE IN OCTOBER: Considerações da Terapia Comportamental Integrativa de Casais (IBCT) acerca de relacionamentos composto por minorias sexuais e de gênero

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. ME. MARCOS TELES DO NASCIMENTO

Membro: DR. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JUNIOR (UNILEÃO)

Membro: ESP. NADYELLE DINIZ GINO (UNILEÃO)

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

WE FELL IN LOVE IN OCTOBER: Considerações da Terapia Comportamental Integrativa de Casais (IBCT) acerca de relacionamentos composto por minorias sexuais e de gênero

Clyvia Maria Vieira Borges¹
Marcos Teles do Nascimento²

RESUMO

A Terapia Comportamental Integrativa de Casal (IBCT) é uma abordagem comportamental que combina estratégias de aceitação emocional e mudança comportamental, com objetivo de auxiliar casais que se encontram em conflito. Para tanto, o presente estudo visou analisar a aplicação da IBCT para casais de minorias sexuais e de gênero, em busca de compreender as particularidades dessas vivências no contexto terapêutico. A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica de produções científicas que abordam a Terapia Comportamental Integrativa de Casal e sua aplicabilidade para minorias sexuais e de gênero. Os resultados sugerem que a IBCT, embora inicialmente procure abranger as diferenças que a Terapia Comportamental Tradicional de Casais não conseguiu abarcar, ainda carece de construções científicas que apoiem a aplicação de inclusões específicas para casais pertencentes a minorias sexuais e de gênero. Conclui-se que a aplicação da IBCT com casais de minorias sexuais e de gênero requer a reconstrução teórico-prática, que considere as vivências desse grupo e possibilite para promover intervenções terapêuticas eficazes.

Palavras-chave: Terapia de Casal; Terapia Comportamental Integrativa de Casal; Minorias Sexuais e de Gênero.

ABSTRACT

Integrative Behavioral Couple Therapy (IBCT) is a behavioral approach that combines emotional acceptance strategies with behavioral change to support couples in conflict. This study aimed to analyze the application of IBCT for couples within sexual and gender minorities to understand the specific experiences of these groups in the therapeutic context. The research consisted of a literature review of scientific studies addressing IBCT and its applicability for sexual and gender minorities. Results suggest that, although IBCT initially sought to encompass the differences that Traditional Behavioral Couple Therapy could not, it still lacks sufficient scientific foundations supporting the inclusion of specific adaptations for sexual and gender minority couples. It is concluded that the application of IBCT with these couples requires a theoretical and practical reconstruction that considers their unique experiences and enables effective therapeutic interventions.

Keywords: Couple Therapy; Integrative Behavioral Couple Therapy; Sexual and gender minorities.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariaclyvia468@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: marcosteles@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A música *We Fell In Love in October* (*Nós Nos Apaixonamos Em Outubro*, em tradução do inglês) da artista Girl in Red foi escolhida para nomear o presente estudo por retratar a celebração de um amor juvenil que floresce no outono, estação que simboliza mudança e transição. A canção, assim como as demais produções da artista, aborda uma realidade muitas vezes apagada do imaginário social, as vivências afetivas e sexuais de populações minoritárias de gênero e sexualidade e a construção do romântico, fugindo à lógica cis-heteronormativa.

Com a expansão do conceito de família e, conseqüentemente, expansão das configurações que os casais possam assumir, destacam-se os casais compostos por minorias sexuais e de gênero, vistos como casais à margem da norma. É sabido que populações minoritárias são constantemente confrontadas com uma estrutura que nega a si direitos, ao passo que são estruturas sociais feitas para sustentar e reproduzir aquelas ditas maiorias sociais (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022).

Assim como toda a produção de conhecimento científico, a psicoterapia de casal é profundamente influenciada por mecanismos de poder que atuam como dispositivos de controle e normatividade. Conforme Foucault (2014) argumenta em *História da Sexualidade*, as normas sexuais e de gênero são construções históricas que regulam corpos e identidades, sendo a ciência um campo onde essas normas são continuamente reforçadas. Assim, a ciência não apenas reflete as normas tradicionais de gênero e sexualidade, mas também as reproduz e contribui para a manutenção de um sistema que silencia e desvaloriza vivências e identidades dissidentes.

A compreensão das dinâmicas que envolvem casais de minorias sexuais exige uma análise crítica do sistema hegemônico de gênero e sexualidade que historicamente moldam tanto as relações quanto a produção de conhecimento sobre elas. A cis-heteronormatividade ainda que seja cultivada como a norma social, não reflete a totalidade das experiências humanas, sendo ela apenas uma entre muitas formas de vivenciar a sexualidade e o gênero, e não pode ser tomada como universal. Essa visão limitada apaga a diversidade de relações e identidades que existem fora desse espectro, reforçando desigualdades e barreiras para minorias sexuais e de gênero. Essa norma marginaliza frequentemente as experiências e necessidades únicas de casais que fogem a essa lógica dominante, limitando as intervenções terapêuticas a modelos que não consideram as especificidades de suas vivências. Ampliar o olhar para além dessa norma é essencial para podermos reconhecer e valorizar as múltiplas formas de amar e se relacionar, criando espaços mais inclusivos e acolhedores no campo das relações.

Ao considerar a Terapia Comportamental de Integrativa de Casal como parte direta ou indireta desse sistema hegemônico de gênero e sexualidade, o interesse em realizar esse estudo se justifica devido à necessidade de ampliar e qualificar o escopo de atuação da IBCT. Visando a contemplação dos modelos de casal e família contemporâneos, em especial, vislumbrando os dilemas específicos de casais compostos de minorias sexuais. Ademais, o interesse constitui-se também pelo interesse da autora nas questões relativas às temáticas que se constituem como ponto de relevante interesse na sua jornada acadêmica.

As problemáticas referentes ao alcance das questões relativas a casais compostos por minorias sexuais e de gênero pela Terapia Integrativa Comportamental de Casal vão desde a não compreensão de problemáticas específicas referente as experiências pessoais, até contingências específicas enfrentada por casais composto de minorias sexuais. Pois, segundo Paixão Junior (2022), a generalidade dos estudos comportamentalistas está comprometida enquanto essa não considerar os vieses de gênero, raça e classe que controlam as expectativas frente aos fenômenos sociais.

Dessa forma, é possível notar a necessidade de uma visão mais ampla quanto às contingências enfrentadas por casais de minorias sexuais e de gênero e seus impactos na construção de terapias capazes de possibilitar a essa população equidade no alcance a práticas de saúde mental e bem-estar. Como também possibilitar que o escopo de atuação dos terapeutas abranja a um alcance equânime para os diversos públicos que a Terapia Comportamental Integrativa de Casais se propõe alcançar. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo central compreender como a IBCT aborda as expectativas culturais e sociais que podem influenciar nos atendimentos a casais compostos por minorias sexuais. Para alcançar esse objetivo, pretende-se: investigar o que é visto como “casal” para a IBCT; identificar quais desafios únicos enfrentados por casais de minorias sexuais são destacados nas pesquisas da IBCT; e, investigar como esses desafios podem ser abordados no contexto da IBCT. A partir desses objetivos, esse trabalho visa responder à seguinte pergunta: como a Terapia Comportamental de Integrativa de Casais pode abordar as expectativas culturais e sociais que podem influenciar nos atendimentos a casais compostos por minorias sexuais e de gênero?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa básica estratégica de caráter descritivo e cunho qualitativo. Trabalhos classificados como pesquisa básica estratégica são definidos por Gil (2022) como pesquisas voltadas à aquisição de novos conhecimentos direcionados à solução de reconhecidos problemas práticos. Quanto os métodos aplicados para fins de alcançar os objetivos listados, trata-se uma revisão de literatura, cujo objetivo é analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre como a Terapia Comportamental de Integrativa de Casais (IBCT em inglês) aborda as expectativas culturais e sociais que podem influenciar nos atendimentos a casais compostos por minorias sexuais.

A pesquisa foi conduzida por meio da busca nas bases de dados científicas Google Acadêmico (Scholar Google), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), foram selecionados os achados potencialmente relevantes com os seguintes descritores: “Terapia de casal”, “Terapia Comportamental Integrativa de Casal”, “Minorias Sexuais”, “Casais do mesmo sexo” e seus correspondentes em inglês “*Couple therapy*”, “*Integrative Behavioral Couple Therapy*”, “*Sexual Minority*”, “*Same Sex Couple*”. Foram usados os seguintes operadores booleanos: AND entre os descritores, OR para as variações de um mesmo descritor e NOT para descritores excluídos na combinação. Inicialmente, a busca foi limitada aos estudos publicados nos últimos cinco anos, considerando artigos e livros disponíveis em português, inglês e espanhol. Devido à dificuldade em encontrar estudos sobre a temática, expandiu-se para textos entre os anos de 1983 e 2024, com foco nos textos dos últimos 10 anos. Foram incluídos na revisão artigos publicados em periódicos revisados por pares, focados na Terapia Comportamental Integrativa de Casal e minorias sexuais e de gênero, que apresentassem estudos teóricos, empíricos ou revisões anteriores relevantes ao tema. Estudos que não abordassem diretamente o tema, teses, dissertações, resumos de congressos e materiais não revisados por pares foram excluídos.

Os estudos selecionados foram analisados de acordo com critérios como a abordagem teórica utilizada, os principais resultados obtidos e as contribuições para o campo de estudo. A síntese dos dados foi realizada de forma descritiva, visando identificar padrões, lacunas e controvérsias na literatura sobre a prática da Terapia Comportamental Integrativa de Casal e possíveis adaptações na aplicação para minorias sexuais e de gênero.

Embora a revisão narrativa permita uma compreensão ampla do tema, é importante destacar que este método não possui a sistematicidade de uma revisão sistemática. A condução desta revisão narrativa seguiu os princípios éticos e de integridade acadêmica, respeitando os direitos autorais dos autores citados e garantindo transparência na interpretação e apresentação dos dados.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Terapia Comportamental Integrativa de Casal

A Terapia Comportamental Integrativa de Casal é uma teoria desenvolvida por Jacobson e Christensen (1998), a partir da proposta de reformulação da Terapia Comportamental de Casal a fim de superar questões que os modelos tradicionais e cognitivos-comportamentais ainda não conseguiam abarcar. Os autores apresentam como proposta principal a promoção da aceitação emocional aliada às estratégias tradicionais com o foco na mudança comportamental, por isso intitulada de integrativa. A partir do retorno à Análise Comportamental Clínica e, partindo das novas propostas da terceira onda das terapias comportamentais, os autores incorporam sentimentos, pensamentos e sensações como dicas das contingências que os geram. Dessa maneira, o sofrimento psicológico é um sinal de que as contingências devem mudar e não mais são o resultado de um desajustamento (Jacobson, 1994; Truchlaeff, 2016).

Jacobson e Christensen (1998) vão se debruçar nos conceitos de Aceitação e Funcionalidade para a construção da proposta de terapia. O conceito de aceitação refere-se à aceitação profunda e compreensiva do outro pelo que ele é, sem ter por objetivo mudá-lo. Entretanto, essa conceituação não se configura como uma questão individual de colocar-se na posição de aceitar qualquer coisa que o parceiro faça, o conceito vai voltar-se para as funções comportamentais. A funcionalidade, por sua vez, refere-se à compreensão das funções dos comportamentos no contexto do relacionamento. Assim, a IBCT entende que os comportamentos dos parceiros desempenham papéis específicos nas dinâmicas e interações do casal (Lins, 2019).

Segundo Truchlaeff (2016), as diretrizes centrais apresentadas pelos teóricos da IBCT são a priorização dos reforçadores naturais³ e a percepção de que as intervenções destinadas à modificação dos comportamentos públicos diferem daqueles que se destinam a afetar o comportamento privado. Os reforçadores naturais são preferíveis aos reforçadores arbitrários, assim como o comportamento diretamente modelado por contingências e o governado por regras, devido à maior probabilidade de generalização e manutenção para a vida cotidiana do casal. Ademais, uma das principais diretrizes da IBCT é a percepção de que as intervenções destinadas à modificação dos comportamentos públicos diferem daquelas que destinam a afetar

³ Os reforçadores naturais, de acordo com Skinner (2003), são estímulos que emergem espontaneamente no ambiente e reforçam comportamentos sem intervenção externa.

o comportamento privado, ao passo que o comportamento verbal tem diferentes efeitos para os comportamentos públicos e privados.

Através da estrutura central, a IBCT possui como principal objetivo possibilitar mudanças nas interações e na comunicação entre os parceiros, melhorar a qualidade dos relacionamentos conjugais. O trabalho do terapeuta de casais que tem a essa teoria como base é possibilitar que os cônjuges considerem a diferença entre eles apenas como diferenças e não como defeitos, a descrever, validar, ao invés de julgar e invalidar o comportamento do outro (Asse; Garcia, 2018).

Para alcançar esses objetivos, esquematizam o trabalho terapêutico da IBCT em três etapas iniciais: fase de avaliação, fase de formulação de plano terapêutico e a fase de feedback. Na primeira fase, o profissional busca identificar a crise que levou o casal a procurar a psicoterapia, a partir de coleta de dados que podem ser obtidos em sessões conjuntas e individuais. A segunda fase é a formulação do plano terapêutico, baseado nas informações coletadas e nas especificidades do casal. A terceira fase é o feedback, quando o terapeuta trará ao casal quais os problemas identificados e como o processo de psicoterapia poderá auxiliar, objetivos e procedimentos. Terminadas estas etapas iniciais, o terapeuta iniciará a terapia propriamente dita (Truchlaeff, 2016).

Dessa forma, utiliza-se das normalmente três sessões iniciais para a primeira fase, sendo essas: duas delas de forma individual com cada um dos conjugues e a outra sessão com ambos. As duas sessões individuais têm como intuito compreender a história idiossincrática daqueles que compõe o casal e a sessão conjunta para compreender a história desses enquanto casal. Com esses três encontros iniciais, inicia-se a segunda fase, na qual é realizada a formulação do caso, a partir das necessidades apresentadas, potenciais e pontos a serem trabalhados pelo casal. Ao concluir esse processo, inicia-se a fase de feedback. Essa fase é realizada em uma sessão na qual é apresentado ao casal os achados e a possibilidade de caminho que a psicoterapia seguirá a partir da conclusão dessa fase inicial (Jacobson; Christensen, 1998; Christensen; Doss; Jacobson, 2018; Lins, 2019).

Nas fases de avaliação e formulação da IBCT, o terapeuta comportamental de casal utiliza-se da análise DEEP. O termo DEEP, do inglês profundo, é um acrônimo que visa traduzir a análise profunda que se desenvolve ao explorar quatro pontos: D — diferenças em relação ao tema; E — questões emocionais existentes; E — estressores externos que possam estar interferindo na situação; e, P — o padrão de interação que o casal está funcionando, na tentativa de resolver o problema (Christensen; Doss; Jacobson, 2018; Lins, 2019).

Durante a psicoterapia, o psicoterapeuta se concentra em grandes temas (classes de respostas) mais típicos dos conjugues e não em determinadas questões problemáticas, pois se compreende que o casal fica preso em padrões comportamentais polarizados. Os temas são o que descreve o conflito primário do casal, sendo vistos como um identificador da função do comportamento no conflito (Asse; Garcia, 2018).

O processo de polarização é um processo destrutivo de interação presente nos conflitos dos casais. Através dessa polarização, as diferenças existentes nos casais são transformadas em deficiências. Essa transformação hiper potencializa as diferenças, fazendo-as parecerem maiores do que realmente são, aumentando as escalas dos conflitos. Isso acarreta o desaparecimento de reforçadores positivos anteriores e maximiza-se o valor do reforçador negativo (Asse; Garcia, 2018; Lins, 2019).

O resultado dessa polarização é denominado “armadilha mútua”, a qual se refere à experiência de aprisionamento e à sensação de que já tentaram de tudo para mudar, mas não conseguiram solucionar o conflito. Nesse processo de armadilha, os parceiros se sentem tão distantes e vitimados pelo outro que nenhum está disposto a se comprometer e mantêm-se em ciclos negativos no qual perpetuam e escalam as respostas um do outro (Asse; Garcia, 2018; Christensen; Doss; Jacobson, 2018).

De acordo com Jacobson e Christensen (1998), o objetivo principal da Terapia Comportamental Integrativa de Casal é que os casais adotem a “elaboração da formulação”, para que se transformem durante a terapêutica. A “elaboração da formulação” oferece uma base para a organização entre terapeuta e clientes, auxiliando os casais em situações de conflito ou em sessões. A terapeuta espera que os casais reconheçam a polarização e identifiquem conflitos particulares como exemplos de seus temas (Asse; Garcia, 2018).

Portanto, na Terapia Comportamental Integrativa de Casal, os processos de aceitação e funcionalidade desempenham um papel central. A aceitação, nesse contexto, não se limita à mera resignação, mas envolve uma transformação profunda das reações emocionais diante do comportamento do parceiro, bem como uma reavaliação e alteração do valor atribuído ao estímulo que o desencadeia. Por outro lado, a funcionalidade se manifesta através da busca pela modificação do comportamento, o que pode se dar tanto pelo aumento quanto pela diminuição da frequência ou intensidade do comportamento evocado. A construção desses processos demanda um trabalho contínuo de autoavaliação, autorreflexão e ajuste mútuo entre os parceiros, sempre para fortalecer a relação e promover um ambiente de crescimento e bem-estar compartilhado (Jacobson, 1994; Truchlaeff, 2016; Asse; Garcia, 2018).

Assim como o comportamento do casal é fonte de análise, o terapeuta também se transforma em uma fonte. As habilidades do terapeuta recebem uma ênfase especial, ao passo que essas podem criar um contraponto na lógica estabelecida na relação, incentivando o casal a se adaptar de forma mais adequada. A ênfase nas habilidades dos psicoterapeutas pode ser uma das formas de criar um ambiente terapêutico ameno de estimulações aversivas. Se destaca assim a necessidade de o terapeuta estar atento não somente às palavras do cliente, mas também à sua expressão facial e corporal, de modo a encontrar compaixão e simpatia em cada história pessoal (Asse; Garcia, 2018; Jacobson; Christensen, 1998).

2.2.2 Metacontingências e Dispositivos que permeiam a vivência de casais de Minorias Sexuais e de Gênero

O conceito de metacontingência foi proposto inicialmente por Sigrid Glenn ao buscar estudar sociedades e práticas culturais, ao passo que usar a contingência tríplice pode não ser suficiente, uma vez que pode produzir uma análise reduzida que não abrange a prática, evoluiu e se manteve. Dessa maneira, o conceito visa formular uma estrutura conceitual unificada para a análise do comportamento social (Oliveira, 2019).

Ao conceituar as metacontingências como os padrões de interações sociais que geram práticas culturais com consequências coletivas, nos deparamos com um ponto essencial para leitura sobre casais de minorias sexuais e de gênero. Para analisar a vivência dos casais não hegemônicos, é necessário compreender as metacontingências associadas que permeiam a construção da história pessoal e cultural desses. Quando aplicadas a relações interpessoais, como as de casais, essas metacontingências se manifestam em normas e comportamentos compartilhados que vão além das contingências individuais, influenciando a dinâmica do casal ao longo do tempo.

Segundo De Sá (1983), Skinner e Foucault apresentam conceitos que se complementam, apesar de suas abordagens seguirem trajetórias distintas. Ambos buscam compreender as condições que possibilitam e mantêm certas práticas, mas Skinner parte do controle em direção ao saber, enquanto Foucault faz o caminho inverso, indo do saber ao controle. Entretanto, seus respectivos produtos chegam a encontrar um denominador comum no emprego dos conceitos de poder e controle. Os saberes e discursos, ou comportamentos verbais, não possuem a independência, pois são resultados do poder e estão sujeitos ao controle. Além disso, é o próprio social que exerce esse poder e controle, ao mesmo tempo em que é moldado e regulado por

eles. Sendo assim, possível a proposta de diálogo entre ambos os teóricos em busca da compreensão de como o social e as formas de controle e poder podem convergir.

A integração das perspectivas foucaultianas sobre a história da sexualidade com a análise do comportamento, especialmente em relação ao conceito de metacontingências, oferece uma abordagem robusta para entender as experiências de casais de minorias sexuais e de gênero em um contexto sociocultural. Foucault (2014) discute como a sexualidade foi historicamente construída e regulada por meio de relações de poder que impõem uma normatividade cis-heteronormativa. Essas normas não apenas disciplinam os corpos e identidades individuais, mas também estruturam as práticas culturais e sociais para marginalizar qualquer expressão sexual ou de gênero que não se conforme com essas normas dominantes.

Foucault (2013) introduz o conceito de dispositivo como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos, leis, instituições, e normas que exercem poder sobre os indivíduos, moldando seus comportamentos e identidades. O estresse de minoria seria um resultado desses dispositivos que operam nas relações de poder e conhecimento, perpetuando a marginalização. O autor se concentra em como o poder se infiltra em todas as esferas da vida e como esses dispositivos estruturam a realidade social.

A estrutura social e suas engrenagens tendem a marcar a subjetividade das pessoas que não se adequam aos padrões por ela estabelecidos. Quando a análise se volta para pessoas não-heterossexuais, diversos são os sintomas causados por esses padrões socioculturais, dentre eles: sentimento de insegurança, tristeza e desesperança, dificuldades em manter relacionamentos, ansiedade e maior incidência de sintomas depressivos, ideação suicida e tentativas de suicídio (Bernardo *et. al.*, 2020; Albuquerque *et. al.*, 2016; Caputi; Smith; Ayers, 2017), como também consequências no campo social: como a exclusão social e a intolerância (Fazzano; Toledo; Gallo, 2022). Ao olhar de uma visão com foco nas vivências enquanto casais, as pesquisas apontam para um maior risco de dissolução nos relacionamentos devido à estrutura metacontingencial e instrumental supracitada (Spengler *et. al.*, 2020).

Nomeamos esses padrões como heteronormatividade e definimos como a supremacia da cultura heterossexual, que marginaliza a homossexualidade e exclui aqueles que não se enquadram no padrão heteronormativo, com o pressupõe que todos deveriam ser heterossexuais e comportar-se de acordo com características impostas socialmente. Essa cultura heteronormativa se compõe por diversas práticas sociais, agenciadas por toda a trama de dispositivos e instituições sociais (Foucault, 2014; Fazzano; Toledo; Gallo, 2022).

Ao introduzir o conceito de metacontingências, é possível explorar como essas normas estruturais tradicionais de gênero e sexualidade operam ao nível macro, influenciando

comportamentos coletivos e práticas culturais. No caso de casais de minorias sexuais e de gênero, essas metacontingências frequentemente resultam em discriminação, estigmatização e exclusão social, reforçadas por normas culturais e legais que privilegiam a cis-heteronormatividade (Fazzano; Toledo; Gallo, 2022).

Diversos são os mecanismos utilizados para construir e perpetuar essa estrutura, dentre essas a heterossexualidade compulsória que pode ser definida como “exigência de que todos os indivíduos sejam heterossexuais, exigência perpetuada pela violência que se propaga por meio dos discursos que naturalizam a heterossexualidade, como, por exemplo, a tentativa de se buscar causas patológicas para a existência de vivências que se diferenciem do padrão heterossexual” (Santana; Rasera, 2018, p. 37). Dentre as práticas sociais, os dispositivos estruturais que podem ser destacados como parte desse esquema são diversas práticas sociais, tais como o casamento e o modelo de família nuclear (Fazzano; Toledo; Gallo, 2022).

Essas instituições e práticas podem ser lidas também como agências de controle. Nessa linha de leitura, nas agências de controle há prescrições comportamentais e suas respectivas consequências, são práticas de controle social sobre um grupo ou cultura com possibilidade de exercer controle aversivo, construindo uma relação de assimetria entre grupos ou populações por meio de agências de controle tais como família, instituições religiosas, educacionais, etc. (Paixão Junior, 2022; Nicolodi; Arantes, 2019; Skinner, 2003).

Casais pertencentes a minorias sexuais e de gênero enfrentam uma série de desafios específicos que moldam suas relações de maneiras distintas. A vivência desses casais frequentemente se dá em um contexto de marginalização e exclusão, onde normas sociais predominantes podem se opor diretamente às suas identidades e expressões. Sob o enquadre analítico comportamental, a teoria do estresse de minoria pode ser vista como uma metacontingência, onde as práticas culturais e sociais que reforçam a discriminação operam como contingências que moldam as experiências e os comportamentos de minorias sexuais e de gênero (Glenn; Malott, 2004; Fazzano; Toledo; Gallo, 2022).

A teoria do estresse de minoria⁴ pode ainda ser interpretada também como resultante do processo dos dispositivos foucaultianos, onde as normas sociais e as práticas discursivas que os produzem servem para regular e controlar as identidades de minorias sexuais e de gênero. Como discutido por Foucault (2013), os dispositivos operam como mecanismos que disciplinam e

⁴ O termo "minoria" refere-se a grupos que, apesar de não necessariamente serem numericamente inferiores, encontram-se em uma posição social de desvantagem em relação ao grupo dominante. Embora o termo "minoria" seja amplamente utilizado, atualmente é preferível o uso de "grupos minorizados", pois este termo reconhece que a marginalização desses grupos é um processo social e histórico, e não apenas uma questão numérica. Isso destaca que a condição de minoria é imposta por dinâmicas de poder e discriminação.

regulam comportamentos em um contexto social. No caso dos casais não hegemônicos, tais dispositivos manifestam-se mediante normas e práticas culturais que perpetuam estressores sociais específicos, resultando no que Meyer (2003) denomina de estresse de minoria.

As metacontingências relativas à vivência das minorias sexuais influencia diretamente nas classes de respostas que o casal irá apresentar, pois em uma metacontingência, diferentes classes de respostas podem interagir e se influenciar mutuamente, formando padrões comportamentais mais complexos (Glenn; Malot, 2004). Dessa forma, as experiências de casais de minorias sexuais e de gênero não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser analisadas à luz das forças sociais e culturais que moldam e regulam a sexualidade e o gênero. A perspectiva foucaultiana destaca como essas normas são produzidas e mantidas, enquanto a análise do comportamento ilumina como elas são perpetuadas e reforçadas por práticas culturais que constituem metacontingências (Skinner, 2003; Foucault, 2014).

2.2.3 Terapia Comportamental Integrativa de Casal e Minorias Sexuais e de Gênero

Ao falar de psicoterapia de casal, quase toda a literatura presume o lugar de heterossexualidade aos casais que buscam psicoterapia. Apenas recentemente e de maneira ainda a passos lentos, é possível perceber um movimento para inclusão de casais compostos por minorias sexuais e de gênero nas pesquisas sobre psicoterapia de casais (Spengler *et. al.*, 2020).

Ussher (1991) se referiu às minorias sexuais como a minoria esquecida nas pesquisas de casais e família. No que se refere às pesquisas produzidas a partir da Terapia Comportamental Integrativa de Casal, podemos ver como esse panorama se mantém. Ainda que a prática integrativa dessa teoria tenha em si a marca de uma abertura para as teorias comportamentais de casal, a escassez de pesquisas que visem essa população demonstra a lacuna que permeiam os estudos atuais e podem dar indícios de vieses estruturais.

Nesse contexto, a prática da Terapia Comportamental Integrativa de Casal (IBCT) deve ser revisitada e adaptada para incluir considerações que abarquem a diversidade sexual e de gênero, garantindo uma abordagem mais inclusiva e eficaz para esses casais. Essa adaptação visa desafiar a lógica cis-heteronormativa predominante, mas também enriquece a prática terapêutica, promovendo intervenções que respeitam e valorizam a pluralidade das experiências humanas.

Embora Christensen, Doss e Jacobson (2020) não se concentrem exclusivamente em minorias sexuais e de gênero, como principais desenvolvedores da IBCT, eles reconhecem que

os princípios da terapia podem ser aplicados a casais de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Esses teóricos defendem a flexibilidade da IBCT para diferentes tipos de casais e sugerem ajustes em suas intervenções para contextos culturais e sociais específicos. Apesar de endossar a tese, os autores não construíram subsídio para o uso da teoria e possíveis considerações a serem observadas. Observa-se uma lacuna teórica que pode e deve ser explorada.

Essa lacuna teórica em si indica um dado importante ao passo que demonstra o quão interconectados estão, nas pesquisas e práticas psicoterapêuticas, os saberes, discursos e comportamentos verbais produtos dos dispositivos e metacontingências que visa a construção, consolidação e manutenção da cis-heteronormatividade. Segundo Capriotti e Donaldson (2022), ao ser implementar uma teoria de maneira universal sem considerar as metacontingências específicas enfrentadas por minorias sexuais e de gênero, apenas reforça normas tradicionais de gênero e sexualidade.

Essa perspectiva reflete a existência de um currículo oculto que valida e reforça normas tradicionais de gênero e sexualidade, desconsiderando as realidades e necessidades específicas de casais que fogem desse padrão. Azevedo (2015) define o conceito de currículo oculto como um conjunto de valores e normas que, embora não constem oficialmente nas teorias ou objetivos dos profissionais, são sistematicamente transmitidos no processo educativo. Isso evidencia como a construção de conhecimento pode alimentar o viés cis-heteronormativo e limitar discussões mais amplas.

Essa falta de estudos não apenas invisibiliza as experiências desses casais, mas também pode resultar em práticas que, embora integradoras, falham em ser verdadeiramente inclusivas. A integração refere-se à simples adição de novos elementos ou públicos à terapia sem, necessariamente, modificar as práticas existentes. Por outro lado, a inclusão demanda uma reestruturação mais profunda, que reconhece e acomoda as especificidades de casais de minorias sexuais e de gênero, considerando as múltiplas camadas de opressão enfrentadas (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022; Dalberio; Pereira; Aquino, 2022).

A falta de dados também limita a capacidade dos terapeutas de oferecer intervenções adequadas, já que intervenções baseadas em pesquisas que focam apenas casais heterossexuais podem falhar em abordar as necessidades específicas de casais não hegemônicos. Sem informações detalhadas e diretrizes específicas, as intervenções terapêuticas correm o risco de negligenciar as realidades vivenciadas por casais de minorias sexuais e de gênero, reforçando práticas excludentes. Conforme Pepping *et. al.* (2019), o estresse de minoria, vivenciado por

casais de mesmo sexo, impacta significativamente suas dinâmicas relacionais e precisa ser abordado de maneira específica.

Assim, torna-se crucial adaptar as intervenções comportamentais para atender às necessidades específicas de casais de minorias sexuais e de gênero. Isso envolve a consideração das metacontingências culturais (Capriotti; Donaldson, 2021) e a aplicação de uma análise interseccional para compreender as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por esses casais (Moradi; Grzanka, 2017). Essa abordagem permite a identificação de metacontingências que não apenas refletem, mas desafiam as normas cis-heteronormativas, criando novas formas de relacionamento e convivência.

Capriotti e Donaldson (2022) exploram como as metacontingências culturais reforçam essas normas e como a exclusão de minorias sexuais e de gênero nas práticas terapêuticas perpetuam essa marginalização. No contexto da IBCT, a ausência de adaptações explícitas para essas populações revela um currículo oculto que ignora as experiências únicas desses casais, reforçando normas não representativas da diversidade de relacionamentos. Os dispositivos foucaultianos podem perpetuar a marginalização de minorias sexuais e de gênero, ao reforçar metacontingências culturais que validam apenas os padrões relacionais cis-heterossexuais (Foucault, 2013; Capriotti; Donaldson, 2021). Para que a IBCT seja verdadeiramente inclusiva, é necessário que terapeutas considerem as formas como esses dispositivos afetam as vivências de casais de minorias sexuais e de gênero, adaptando suas práticas para desafiar ativamente essas normas sociais (Moradi; Grzanka, 2017).

Na formação de terapeutas, o currículo oculto pode impactar diretamente as práticas ao não abordar as necessidades de casais não hegemônicos, perpetuando a marginalização desses grupos. Para superar essas limitações, a formação precisa ser crítica e inclusiva, incorporando a interseccionalidade de forma explícita. Moradi e Grzanka (2017) defendem que essa abordagem é essencial para compreender as múltiplas camadas de opressão, que incluem questões de gênero, sexualidade, raça e classe social. Incorporar essas perspectivas na formação dos terapeutas é fundamental para que possam oferecer intervenções mais sensíveis e eficazes.

A flexibilidade da IBCT, conforme apontado por Christensen, Doss e Jacobson (2020), oferece uma base para a inclusão de casais de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. No entanto, essa flexibilidade precisa ser acompanhada por adaptações específicas para as vivências de casais composto por minorias sexuais e de gênero. Reconhecer as metacontingências culturais e desafiar as normas cis-heteronormativas permite que a prática clínica da IBCT se torne mais inclusiva, refletindo a diversidade de experiências.

Há uma necessidade urgente de mais pesquisas sobre as experiências de casais não hegemônicos na terapia de casal. Como Spengler *et al.* (2020) apontam, grande parte da literatura presume a heterossexualidade dos participantes das pesquisas e da prática clínica, criando uma lacuna no entendimento das abordagens terapêuticas para casais de minorias sexuais e de gênero. Essas pesquisas podem enriquecer a prática clínica e contribuir para o enfraquecimento das normas cis-heteronormativas.

Ainda sobre o apontamento de Spengler *et al.* (2020) sobre a não visão de pessoas que fogem ao sistema hegemônico de gênero e sexualidade no imaginário da construção e da prática clínica, evidencia-se como a ciência constrói-se a partir de visões. O viés científico é influenciado por práticas culturais, tais quais os paradigmas convencionais de gênero e sexualidade, como também funciona como mecanismo de perpetuação. Ao negar o lugar das minorias sexuais e de gênero como potenciais pacientes, evocamos e reforçamos o lugar de hegemonia do suposto “eu universal”, quer dizer as proposições dos paradigmas convencionais de gênero e sexualidade.

Dalberio, Pereira e Aquino (2012) discutem a diferença entre inclusão e integração no contexto educacional, diferenciando-os pela necessidade de adaptação do indivíduo ou do ambiente. No campo da psicoterapia, os conceitos de integração e inclusão também podem ser aplicados, especialmente ao se trabalhar com casais de minorias sexuais e de gênero. A prática psicoterapêutica tradicional muitas vezes exige que esses casais se integrem a abordagens padronizadas, sem um reconhecimento adequado de suas vivências específicas. Todavia, uma perspectiva inclusiva requer uma mudança no setting terapêutico, que deve ser adaptado para atender às diversas necessidades e experiências dessas minorias, permitindo, dessa forma, uma abordagem mais equitativa e atenta às particularidades do público atendido. Esbarramos na integração quando se observa a prática psicoterapêutica com público de casais de minorias sexuais e de gênero sem o respaldo de pesquisas e construções de diálogos teóricos que vise a construção de abordagens que reconheçam as vivências específicas desses. Integrar nessa perspectiva seria objetivar a construção de um olhar que busque transformar o ambiente da psicoterapia para acolher as diferentes necessidades desse público.

A formação de terapeutas de IBCT deve ir além do currículo explícito e questionar o currículo oculto que perpetua a marginalização de casais não hegemônicos. Assim como no processo formativo, a psicoterapia também precisa ir além da integração passiva, adotando práticas inclusivas que modifiquem o próprio sistema terapêutico para melhor atender às especificidades de casais marginalizados. Ao entender a diferença entre integrar e incluir, a

terapia pode ser adaptada para promover ambientes mais acolhedores e respeitadores da diversidade.

Dessarte, no contexto da terapia de casais, os psicoterapeutas assumem a perspectiva cis-heteronormativa, que pressupõe padrões binários de gênero e de relação, o que leva a uma prática excludente. Pressuposições como a divisão de papéis e a ênfase em parcerias heterossexuais são práticas que evidenciam como o binarismo estrutural é um mecanismo que constrói e mantém a lógica normativa tradicional de gênero e sexualidade (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022). Esses padrões limitam a compreensão das dinâmicas e vivências específicas enfrentadas por casais que fogem a essa lógica normativa. Isso se traduz em um enfoque que desconsidera as necessidades advindas desses casais e impõe que, para serem vistos como casais e conseguirem adentrar o setting terapêutico, seja necessário que se adéquem à norma.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Casais não hegemônicos são constantemente negados no imaginário social, sendo segredados a viver à margem daquilo que é considerado a norma. Sendo esse um processo estrutural e estruturante, como essa norma molda a sociedade, conseqüentemente molda também as formas de identidade e de afirmação dos indivíduos que compõem a sociedade. Logo, esse movimento, que inicia nas instituições, retroalimenta-se nas relações interpessoais, constituindo-se como um ciclo silencioso de manutenção de poder.

Vislumbrar a psicoterapia como uma agência de controle é olhar para as características específicas que essa apresenta. O terapeuta, ao longo das sessões, utiliza estratégias de reforço para auxiliar o paciente a mudar comportamentos, como selecionar determinados tipos de contingências, descrevendo antecedentes, respostas e possíveis conseqüências. Ao voltar a análise para as metacontingências e dispositivos que mantêm e perpetuam as normas tradicionais de gênero e sexualidade, indaga-se o quanto o setting terapêutico é um local de acolhimento para casais que vivem à margem dessa norma. Essa indagação abre espaço para pensar como o currículo oculto que permeia a formação dos profissionais de psicologia, em especial os terapeutas de casais, tem influência na manutenção de um cenário excludente para a população de casais composto por minorias sexuais e de gênero.

A lacuna teórica alerta para como os casais não hegemônicos são (não) vistos e como essa invisibilidade constrói uma barreira entre os casais e a busca pela terapia de casal. A prática cultural cis-heteronormativa distancia minorias do espaço de construção identitária e compreensão de si enquanto casais, como também distancia a busca e fomentação da construção

de um setting terapêutico capaz de visualizar a experiência dos casais de minorias sexuais e de gênero. Não apenas olhar para essas vivências, mas dar a elas um lugar de centralidade, fugindo da lógica de tangenciar essas experiências para o *locus* marginal e periférico.

Apesar de compreender a mudança metacontingencial e estrutural da cultura como um processo longo e contínuo, deve-se acreditar no papel transformador que o profissional da psicologia tem e no poder que micro revoluções no ambiente terapêutico possui. Dessa forma, o presente trabalho teve em vista iniciar a discussão sobre como a Terapia Comportamental Integrativa de Casal aborda as expectativas culturais e sociais que podem influenciar nos atendimentos a casais compostos por minorias sexuais. Para tanto, investigaram-se o que é visto como “casal” para a IBCT, quais desafios únicos enfrentados por casais de minorias sexuais e de gênero e como esses desafios podem ser abordados no contexto da IBCT.

A pesquisa em questão não teve em vista acabar com as questões que envolvem esse público e a Terapia Comportamental Integrativa de Casal, mas sim fomentar discussões que embasem as micro e macro revoluções que podem possibilitar a integração dos casais de minorias sexuais e de gênero. Para tanto, sugere-se para novos trabalhos a produção de pesquisas em âmbito nacional sobre a prática da Terapia Comportamental Integrativa de Casal e como as minorias sexuais e de gênero brasileiras são vistas nesse cenário.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. A.; PARENTE, J. S., BELÉM, J. M.; GARCIA, C. de L. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em debate**, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016.

ASSE, J. F.; GARCIA, M. R. Integrative Couple Therapy: uma proposta de intervenção com casais na terapia analítica comportamental. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 23, n. 45, p. 49-56, 2018.

AZEVEDO, L. H. de. Currículo Oculto e Universidade: Desafios para os Estudos de Gênero, a Educação e a Cidadania. **I seminário internacional pós graduação em ciências sociais**, 2015.

BERNARDO, J. M. F. *et al.* INCIDÊNCIA DE AGRAVOS À SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE LGBTQIA+. **SEMPESq - Semana de Pesquisa da Unit-Alagoas**, n. 8, 2020.

CAPRIOTTI, M. R.; DONALDSON, J. M. “Why don't behavior analysts do something?” 1 Behavior analysts' historical, present, and potential future actions on sexual and gender minority issues. **Journal of applied behavior analysis**, v. 55, n. 1, p. 19-39, 2022.

CAPUTI, T. L.; SMITH, D.; AYERS, J. W. Suicide risk behaviors among sexual minority adolescents in the United States, 2015. **Jama**, v. 318, n. 23, p. 2349-2351, 2017.

CHRISTENSEN, A.; DOSS, B. D.; JACOBSON, N. S. **Diferenças reconciliáveis: reconstruindo seu relacionamento ao redescobrir o parceiro que você ama, sem se perder.** Novo Hamburgo: Sinopsys, 2018.

DE SÁ, C. P. Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 35, n. 2, p. 136-145, 1983.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Leya, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GLENN, S. S.; MALOTT, M. E. **Complexity and the behavior analyst.** Greenwood Publishing Group. 2004.

JACOBSON, N. S. Behavior therapy and psychotherapy integration. **Journal of Psychotherapy Integration**, v. 4, n. 2, p. 105, 1994.

JACOBSON, N. S.; CHRISTENSEN, A. **Acceptance and change in couple therapy: A therapist's guide to transforming relationships.** New York, 1998.

PAIXÃO JUNIOR, F. D. Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 13, n. 1, p. 304-320, 2022.

LAPOLLI, É. M; PARANHOS, W. R; WILLERDING, I.; AV. **DIVERSIDADES: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças.** Florianópolis: Pandion, v. 144, 2022.

LINS, M. R. S. W. **Avaliação de Processo e Resultados na Terapia Comportamental Integrativa de Casal (Integrative Behavioral Couple Therapy–IBCT).** 2019.

MORADI, B.; GRZANKA, P. R. Using intersectionality responsibly: Toward critical epistemology, structural analysis, and social justice activism. **Journal of counseling psychology**, v. 64, n. 5, p. 500, 2017.

NICOLODI, L.; ARANTES, A. Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. **Debates sobre feminismo e análise do comportamento**, p. 64-83, 2019.

OLIVEIRA, M. B. de. **Análise do comportamento e feminismo: uma revisão bibliográfica.** 2019.

PEPPING, C. A. *et al.* Minority stress and same-sex relationship satisfaction: The role of concealment motivation. **Family Process**, v. 58, n. 2, p. 496-508, 2019.

DALBERIO, M. C. B.; PEREIRA, H. de O. S.; AQUINO, O. F. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. **Revista iberoamericana de educación**, v. 59, n. 3, p. 1-11, 2012.

SANTANA, P. F.; RASERA, E. F. Heterossexismo e a (in) existência lésbica. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 17, n. 1, p. 34-49, 2018.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Edart, 2003.

SPENGLER, E. S. *et al.* What does “couple” mean in couple therapy outcome research? A systematic review of the implicit and explicit, inclusion and exclusion of gender and sexual minority individuals and identities. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 46, n. 2, p. 240-255, 2020.

TODOROV, J. C. Metacontingências e a análise comportamental de práticas culturais. **Clínica & Cultura**, v. 1, n. 1, p. 36-45, 2012.

TRUHLAEFF, V. C. **Quero Atender Casais, e Agora?** Revisão Histórica, Propostas Atuais e Utilização de Regras. Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento, Brasília, 2016.

USSHER, J. M. Family and couples therapy with gay and lesbian clients: Acknowledging the forgotten minority. **Journal of Family Therapy**, v. 13, n. 2, p. 131-148, 1991.